

**Serviços jurídicos** Filiais deixam de atuar só nos tribunais superiores

# Escritórios diversificam serviços em Brasília

**Luiza de Carvalho**  
De Brasília

As filiais em Brasília dos escritórios de advocacia paulistas e fluminenses deixaram nos últimos anos de atuar apenas no acompanhamento de processos de suas matrizes nos tribunais superiores. As bancas diversificaram seus negócios, investindo no mercado local – que tem hoje a maior renda per capita do país – e no atendimento a demandas nas agências reguladoras. A capital federal, que por muito tempo era conhecida apenas como a cidade do funcionalismo público, transformou-se em um atrativo mercado para o setor da advocacia.

Nos últimos dois anos, o escritório Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados ampliou o número de advogados em sua filial e passou a atuar com casos de sucessão familiar e planejamento tributário para as empresas locais. Hoje, a banca conta com uma equipe de cinco advogados e 15 estagiários. Antes, havia um único advogado, que trabalhava apenas como correspondente das outras unidades nos tribunais superiores. De acordo com Antenor Madruga, diretor do escritório em Brasília, com o crescimento econômico da cidade, os sócios perceberam que valia a pena oferecer novos serviços. “As estruturas societárias mais complexas passaram a exigir uma advocacia mais sofisticada”, diz.

Em Brasília desde o início da década de 90, a unidade brasiliense do Mattos Filho Advogados passou a atuar este ano em serviços de “due diligence”, ofertas públicas de ações (IPOs) e captação de recursos em bancos estrangeiros para clientes locais. Para o sócio Marcos Joaquim Gonçalves Alves, coordenador do escritório em Brasília, a nova demanda local se dá por uma mudança de cultura do empresariado. “As empresas abriram capital e passaram a provisionar disputas tributárias”, exemplifica Alves.

As empresas brasilienses são, em grande parte, familiares e controlam shoppings centers, restaurantes, hospitais, construtoras e

centros educacionais. Há também muitas empresas de informática, atraídas por uma política de incentivos fiscais do governo local.

Para a advogada Marta Mitico Valente, sócia do TozziniFreire Advogados, há mais de dez anos em Brasília, o atendimento a clientes da cidade passou a ser o grande diferencial nos últimos anos. “Temos um empresariado local demandando planejamento sucessório, reorganização societária, contratos sofisticados e questionando licitações e cobrança de tributos”, diz Marta. Segundo ela, outra demanda crescente é o serviço de acompanhamento de processos para escritórios de menor porte de outros Estados. Até pouco tempo, eram os pequenos locais que faziam o serviço para outras bancas. Hoje, a pedido de um escritório do Maranhão, o Tozzini é responsável pela sustentação oral de uma centena de casos no Tribunal Superior do Trabalho.

A proximidade dos escritórios com o Congresso Nacional, Banco Central e com agências reguladoras — Anatel, Aneel, Anac e Anvisa — também é responsável pela mudança no perfil das unidades brasilienses. É o caso do Pinheiro Neto Advogados, na capital desde 1973, que tinha como carro-chefe o acompanhamento dos processos da matriz nos tribunais superiores. Nos últimos cinco anos, no entanto, a filial decidiu mudar a estratégia de atuação: ao invés de reproduzir a estrutura de serviços oferecidos em São Paulo, investiu nas chamadas “vocações” de Brasília. O escritório se especializou, por exemplo, em telefonia e direito de mineração, em razão da proximidade com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), e passou a atender empresas desses setores de todo o país. Há cerca de um mês, a banca inaugurou uma área de relações governamentais, para o acompanhamento do Poder Legislativo, prestando assistência jurídica em projetos de lei de interesse dos clientes.

De acordo com o sócio Leonardo Peres da Rocha e Silva, ou-



Advogado Antenor Madruga: a capital federal passou a exigir uma advocacia mais sofisticada

tra aposta do Pinheiro Neto é o direito do comércio internacional, que atua no Itamaraty na defesa de empresas que têm interesses específicos em disputas na Organização Mundial do Comércio (OMC). Hoje, cerca de 90% da receita da filial – com 21 advogados – é gerada por demandas originadas em Brasília.

Escritórios que nasceram na capital federal para acompanhar processos de escritórios de outros Estados também estão mudando seu perfil. Um exemplo é o Caputo, Bastos e Fruet, tradicional na cidade, que surgiu em 1988. Hoje, a banca se voltou para as demandas locais, principalmente na defesa de empresas em disputas com consumidores nos juizados especiais. De acordo com o sócio Francisco Queiroz Caputo Neto, a população de Brasília, que possui a maior renda per capita do país e alto nível de escolaridade, está enraizando a cultura de reivindicar os seus direitos. “A cidade conta com um Ministério Público e Procon cada vez mais atuantes. O mercado de Brasília está extremamente atrativo”, diz Neto.

## CNJ é o novo nicho de mercado para bancas

De Brasília

As filias de escritórios de advocacia na capital federal também criaram unidades específicas para atuar no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, e presidido pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Dentre outras atribuições, os 15 conselheiros do CNJ têm a tarefa de analisar reclamações contra membros ou órgãos do Judiciário, inclusive serviços auxiliares – serventuários e cartórios. A atuação das bancas tem ocorrido basicamente na defesa de empresas, cartórios e juízes.

No Barbosa, Müssnich & Aragão, a área inaugurada em junho e comandada pelo advogado André Macedo de Oliveira tem concentrado o trabalho na defesa de cartórios representados pela Associa-

ção dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg). Em quase todas as sessões de julgamento do CNJ, há procedimentos envolvendo cartórios, questionando, por exemplo, concursos públicos para a substituição de notários.

Para Oliveira, o CNJ é um caminho novo para as empresas contestarem, por exemplo, a conduta de um magistrado durante o processo. Até então, a única possibilidade de colocar em xeque a ética do profissional era no próprio tribunal, o que geralmente não ocorria pelo receio de represálias. Segundo o advogado José Alexandre Buaz Neto, do Pinheiro Neto, a banca obteve sucesso na defesa de duas empresas que se sentiram prejudicadas pela conduta de juízes. Já o escritório Caputo, Bastos e Fruet tem trabalhado para magistrados que respondem a procedimentos no Conselho Nacional de Justiça. (LC)